

**RESOLUÇÃO – CIB Nº. 065/2010, de 23 de Junho de 2010.**

*Dispõe sobre Projeto para reforma e aquisição de equipamentos e material permanente através da Portaria nº. 2.198 de 17 de setembro de 2009 e da Portaria nº. 1.390 de 31 de maio de 2010, garantidos através da Emenda Parlamentar Federal nº. 23590007 no valor de R\$ 200.000,00, para o Hospital Municipal de Ananás.*

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE DO ESTADO DO TOCANTINS/CIB-TO,** no uso de suas atribuições legais e regimentais, conferidas por meio da Portaria N° 931/1997, que constitui a CIB-TO, em especial o Art. 2º, expedida em 26 de junho de 2007 pela Secretaria de Estado da Saúde, c/c os artigos 5º e 14, do Regimento Interno da Comissão Intergestores Bipartite – CIB/TO, e,

Considerando a Portaria/MS Nº. 2.198 de 17 de setembro de 2009, que dispõe sobre a transferência fundo a fundo de recursos federais a Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para o Programa de Atenção Básica de Saúde, da Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada e da Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue e Hemoderivados, anexa;

Considerando a Portaria/MS Nº. 1.390 de 04 de maio de 2010, que altera o art. 5º da Portaria N°. 2.198/GM, de 17 de setembro de 2009, anexa;

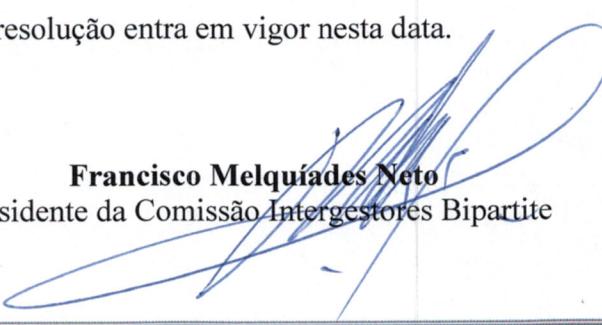
Considerando o Projeto de aquisição de equipamentos e material permanente para o Hospital de Pequeno Porte Nossa Senhora Aparecida de Ananás, de acordo com a Portaria N°. 2.198/GM, de 17 de setembro de 2009, e da conclusão de reforma através de Emenda Parlamentar Federal N°. 23590007 no valor de R\$ 200.000,00, e;

Considerando a análise, discussão e pontuação da Plenária da Comissão Intergestores Bipartite, em Reunião Ordinária realizada aos 23 dias do mês de junho de 2010.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Aprovar o Projeto de aquisição de equipamentos e material permanente de acordo com a Portaria N°. 2.198/GM, de 17 de setembro de 2009 e da conclusão de reforma através de Emenda Parlamentar Federal N°. 23590007 no valor de R\$ 200.000,00 destinados para o Hospital de Pequeno Porte Nossa Senhora Aparecida, município de Ananás;

**Art. 2º** - Esta resolução entra em vigor nesta data.

  
**Francisco Melquiades Neto**  
Presidente da Comissão Intergestores Bipartite

---

ADVERTÊNCIA

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial da União



**Ministério da Saúde**  
**Gabinete do Ministro**

**PORTARIA N° 2.198, DE 17 DE SETEMBRO DE 2009 (\*)**

*Dispõe sobre a transferência fundo a fundo de recursos federais a Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para o Programa de Atenção Básica de Saúde, da Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada e da Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue e Hemoderivados.*

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87, da Constituição, e

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;

Considerando o Decreto nº 1.651, de 28 de setembro de 1995, que regulamenta o Sistema Nacional de Auditoria no âmbito do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre os instrumentos para acompanhar a conformidade da aplicação dos recursos transferidos à programação dos serviços e ações constantes dos planos de saúde; e

Considerando a Portaria nº 204/GM, de 29 de janeiro de 2007 e a Portaria nº 837/GM, de 23 de abril de 2009, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle, resolve:

Art. 1º A liberação dos recursos financeiros destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para compor o Programa da Atenção Básica de Saúde, e da Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada e da Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue e Hemoderivados dar-se-á de forma automática, do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal.

§ 1º O financiamento dos bens de que trata esta Portaria refere-se a equipamentos médico-hospitalares, materiais permanentes e unidades móveis de saúde relacionados no sítio eletrônico [www.saude.gov.br](http://www.saude.gov.br); no menu "profissional e gestor", no campo "aquisição de equipamentos".

§ 2º Os pedidos de aquisição dos equipamentos e materiais permanentes deverão ser encaminhados sob a forma de "propostas de projetos" os quais com o objetivo de permitir a avaliação da adequação desses equipamentos e materiais às ações e serviços oferecidos, bem como às tecnologias solicitadas deverão conter:

I - tipo;

II - descrição técnica;

III - características técnicas/acessórios; e

IV - valor estimado do equipamento.

Art. 2º As propostas de projetos referentes ao financiamento de equipamentos de que trata esta Portaria deverão:

I - ser cadastradas pelos respectivos gestores do SUS no Sistema de Propostas de Projetos, disponível no sítio eletrônico Fundo Nacional de Saúde, [www.fns.saude.gov.br](http://www.fns.saude.gov.br), cabendo à Secretaria de Atenção à Saúde a avaliação quanto ao mérito Secretaria-Executiva a avaliação econômico-financeira;

II - estar em consonância com o estabelecido no Plano Diretor de Investimento - PDI das unidades federativas, alé integral o Plano de Saúde.

III - guardar estrita consonância com a natureza do Estabelecimento Assistencial de Saúde - EAS constante do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES;

IV - destinar-se obrigatoriamente a equipar as Unidades Assistenciais próprias estaduais, municipais e do Distrito Federal e Rede de Hemocentros do país; e

V - guardar estrita consonância com os normativos vigentes sobre procedimentos e serviços especializados.

Art. 3º Cada projeto terá a sua formalização efetivada pelo Ministério da Saúde, mediante edição de portaria, na qual estarão definidos a vigência e o valor a ser transferido.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde -FNS repassará os recursos financeiros em parcela única, na modalidade fundo a fundo, para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, após serem atendidas as seguintes condições:

I - homologação da Proposta pelo Colegiado de Gestão Regional -CGR, se houver, e pela Comissão Intergestores Bi-CIB.

II - aprovação quanto ao mérito e dos valores propostos para os equipamentos e materiais permanentes solicitados, conforme o § 2º do Art. 1º desta Portaria.

§ 1º Os recursos financeiros transferidos, deverão ser movimentados em conta bancária específica aberta pelo Fundo Nacional de Saúde em nome dos respectivos Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal.

§ 2º Enquanto os recursos não forem investidos na sua finalidade, deverão, obrigatoriamente, ser aplicados em caderneta de poupança, devendo seus rendimentos ser utilizados no próprio projeto.

Art. 5º O Ministério da Saúde terá o prazo de até 60 (sessenta) dias para a emissão dos pareceres de mérito e econômico-financeiros, contados a partir da data de publicação da portaria a que se refere o art. 3º.

§ 1º Os gestores estaduais, municipais e do DF, beneficiários dos projetos, terão até 30 de março de 2010 para adequar suas propostas.

§ 2º As propostas não adequadas no prazo estabelecido terão suas respectivas habilitações automaticamente revogadas.

Art. 6º A execução do objeto deverá ocorrer no prazo de até 12 (doze) meses, contados a partir da data do recebimento dos recursos. Não havendo execução total ou parcial do objeto no prazo estabelecido, os recursos deverão ser restituídos ao Fundo Nacional de Saúde -FNS, no prazo máximo de 30 dias, acrescidos dos respectivos rendimentos.

Art. 7º A execução física do projeto aprovado deverá atender às exigências legais concernentes à licitação a que estão sujeitas todas as despesas da Administração Pública.

Parágrafo único. A documentação administrativa e fiscal deverá ser mantida em arquivo do beneficiário pelo período mínimo legal exigido.

Art. 8º Os recursos transferidos serão movimentados sob a fiscalização do respectivo Conselho de Saúde, sem prejuízo da fiscalização exercida pelos órgãos do sistema de controle interno do Poder Executivo e pelo Tribunal de Contas da União, conforme o disposto no art. 3º do Decreto nº 1.232, de 1994.

Art. 9º A comprovação da aplicação dos recursos transferidos será analisada com base no relatório de gestão previsto na Lei nº 8.142, de 1990, no Decreto nº 1.651, de 1995, e na Portaria nº 3.176/GM, de 24 de dezembro de 2008.

Art. 10. O Sistema Nacional de Auditoria, com fundamento nos relatórios de gestão, acompanhará a conformidade da aplicação dos recursos transferidos, nos termos do disposto no art. 5º do Decreto nº 1.232, de 1994.

Art. 11. Os equipamentos adquiridos deverão ser inseridos no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES.

Art. 12. Os recursos orçamentários objeto desta Portaria correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar os seguintes Programas de Trabalho:

I - 10.301.1214.8581 - Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde;

II - 10.301.1214.8730 - Atenção Básica em Saúde Bucal;

III - 10.302.1220.8535 - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde;

IV - 10.302.1220.8933 - Serviços de Atenção às Urgências e Emergências na Rede Hospitalar; e

V - 10.303.1291.7690 - Estruturação de Serviços de Hematologia e Hemoterapia.

Art. 13. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JOSÉ GOMES TEMPORÃO**

(\*) Republicada por ter saído, no DOU nº 222, de 20-11-2009, Seção 1, pág. 117, com incorreção no original.

---

**Saúde Legis - Sistema de Legislação da Saúde**

---

---

**ADVERTÊNCIA**

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial da União

**Ministério da Saúde  
Gabinete do Ministro****PORTRARIA Nº 1.390, DE 31 DE MAIO DE 2010**

*Altera o art. 5º da Portaria nº 2.198/GM, de 17 de setembro de 2009.*

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II, do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 2.198/GM, de 17 de setembro de 2009, que dispõe sobre a transferência fundo a fundo de recursos federais a Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para o Programa de Atenção Básica de Saúde, da Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada e da Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue e Hemoderivados, resolve:

Art. 1º Alterar o art. 5º da Portaria nº 2.198/GM, de 17 de setembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União nº 245, de 23 de dezembro de 2009, Seção 1, página 58, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º O Ministério da Saúde terá o prazo até 30 de junho de 2010, para a emissão dos pareceres de mérito e econômico-financeiros.

§ 1º Os gestores estaduais, municipais e do DF, beneficiários dos projetos, terão o prazo até 15 de junho de 2010 para adequar suas propostas." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JOSÉ GOMES TEMPORÃO**

---

**Saúde Legis - Sistema de Legislação da Saúde**

**PREFEITURA DE  
ANANÁS**  
  
Governo Popular de  
Assistência ao Cidadão

**ESTADO DO TOCANTINS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANÁS**  
GOVERNO POPULAR DE ASSISTÊNCIA AO CIDADÃO  
Adm. 2009 / 2012 – SECRETARIA DA SAÚDE!  
Av. Duque de Caxias, 300 – Fone: (63) 3442-1232 - Centro – Ananás-TO  
CNPJ: 00.237.362/0001-09

**SUS 20 ANOS Sistema Único de Saúde**

**PROJETO DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA O HOSPITAL DE PEQUENO PORTE NOSSA SENHORA APARECIDA DE ANANÁS**  
**DE ACORDO COM A PORTARIA nº 2.198/GM, de 17 SETEMBRO DE 2009.**  
**E DA CONCLUSÃO DE REFORMA**  
**ATRAVÉS DE FEMENDA PARALIMENTAR**





**GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS**  
SECRETARIA DA SAÚDE  
Gabinete do Secretário  
Praça dos Girassóis nº 1 - Centro / CEP 77.001-000  
Fone: (65) 3234-7700 / Fax: (65) 3234-7714

**OFÍCIO/RESOLUÇÃO N° 050/2008**

Palmas - TO, 16 de dezembro de 2008.

A Sua Exceléncia o Senhor,  
**VALDEMIR BATISTA NEPOMUCENO**  
Prefeito de Ananás  
Av. das Flores, número 300 - Centro  
ANANAS - TO  
CEP: 77.890-000

Assunto: Encaminhamento de Notificação.

Sediar Prefeita.

Encaminhamos à Vossa Exceléncia para conhecimento e providências a **NOTIFICAÇÃO** expedida pela equipe da Diretoria de Atividade Especializada da Secretaria Estadual de Saúde, quando de sua visita "IN / CCP" ocorrida em 02/10/2008, no Hospital de Pequeno Porto de Ananás.

Notificamos que devolveu os documentos que provisoriamente elaborados no ponto 1 da Notificação, no qual constavam os dados locais, renda/ganho, os regimes feitos disponibilizados, as que se processou no hospital, encaminhando para o conhecimento dos compromissos e responsabilidades assumidas por meio da reunião de ato de assinatura de acôto e serviços de saúde, definidas nos instrumentos Termo de Adesão e Termo de Compromisso entre Entes Públicos.

Atenciosamente,

*Eugenio Paucuna de Freitas Coelho*  
Eugenio Paucuna de Freitas Coelho  
Secretário da Saúde

**VISA Estadual exige que  
o Hospital enquadre-se  
à RDC 050.**

**GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS**  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
Av. NS 01, AANO, Esplanada das Secretarias, S/N – Praça dos Girassóis  
Cep: 77015-007 – Palmas - TO

**NOTA DE CONFORMIDADE**

03	estrutura física em desacordo com as normas vigentes;	• Adequar estrutura física de 180 dias; • Providenciar setor de coleta e disposição adequada de resíduos de serviços de saúde; • Construção do Necrotério
04	Condições de segurança contra incêndio;	• Implementar medidas de Prevenção/Combate à Incêndio; • Extintores de incêndio;
05	Inexistência de equipamentos;	• Aquidauana: equipamentos de emergência e de emergência de emergência; • União da Fronteira: equipamentos de emergência e de emergência de emergência;
06	Não realização de todos os procedimentos básicos obrigatórios de competência do HPP;	• Prestar serviços ambulatoriais e de apoio: medicina preventiva, terapêutica, hospitalar, urgência e emergência conforme pactuado Tomo de Compromisso entre Entes Públicos;
07	Inexistência de relatório semestral das ações realizadas;	• Apresentar relatório ao Conselho da Saúde.

**VISITA TÉCNICA 2008:**

Nº	NOME DA CONFORMIDADE	ACÃO	PRAZO
01	Hospital foi autorizado a apresentar a documentação à Diretoria Estadual de Vigilância Sanitária para licenciamento sanitário do convite para visitas.	Providenciar documentação necessária para licenciamento sanitário.	60 dias
02	Descrever o formulário com documento expedido pelo conselho de classe recomendação e orientação técnica, e diretrizes clínico e de responsabilidade das enfermeiras e o responsável pela farmácia.	Prover/obter documentação nas órgãos de classe: Conselho Regional de Medicina - COR-MT; Conselho Regional de Enfermagem - COREN; Conselho Regional de Farmácia - CRF- MT;	60 dias
03	Hospital foi criado a Comissão de Controle de Infecção Hospitalar - CCIH;	• Desenvolver ações das comissões.	45 dias

Dante do exposto. Julgamos que devem ser bloqueados os recursos referentes ao Hospital de Pequeno Porto de Ananás até que promovam as providências necessárias para

*[Assinatura]*

**Jornal do Tocantins**

**Repasso de março do FPM tem nova queda**

**Tocantins tem a segunda maior redução do país, na comparação com o mesmo mês do ano passado**

**Denúncia é esperança para vítimas de violência**

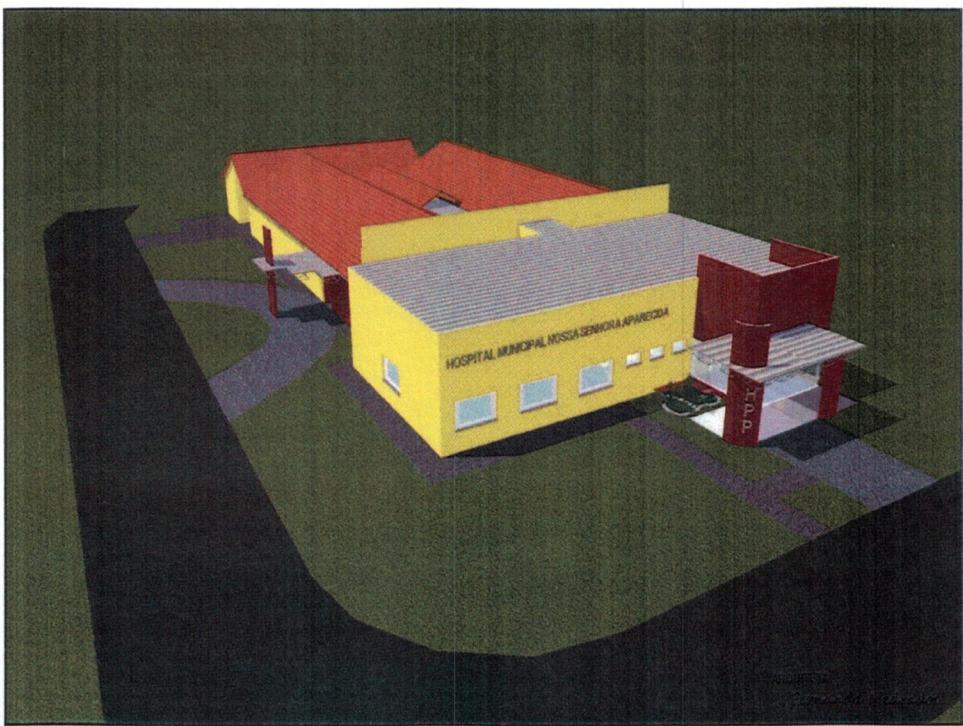
**Repasse de ICMS cai em 63 cidades**

**Presidente da Ambip diz que alguns municípios do Bico estão praticamente "ingovernáveis"**

**HOSPITAL MUNICIPAL NOSSA SENHORA A PARECIDA**

**PREFEITOS RELATAM PARA SECRETÁRIO O QUADRO CRÍTICO DA SAÚDE NOS MUNICÍPIOS**

**A Comissão de Saúde da Associação Tocantinense de Municípios (ATM), composta por 12 prefeitos, reuniu-se na tarde de ontem, dia 07, (foto), com o secretário estadual da Saúde, o médico Metáforas Neto. Na ocasião houve relato do quadro crítico pelo qual passam os Hospitais de Pequeno Porte (HPPs) instalados em muitos municípios do estado. A devolução dos mesmos ao governo do estado chegou a ser cogitada por parte de alguns prefeitos, num encontro ocorrido horas antes, no escritório da ATM.**



Fundo Nacional de Saúde - Ministério da Saúde - Governo Federal - Windows Internet Explorer

<http://www.fns.saude.gov.br>

Favoritos Sites Sugeridos Obtenha mais completo...

PROFABS SAÚDE - Pesquis... Fundo Nacional de Saúde... Portal da Saúde - www.S... ETSUS - Escola Técnica de...

Ministério da Saúde Destaques do Governo

**FUNDO NACIONAL DE SAÚDE**  
fns.saude.gov.br

Dados do fundo municipal de saúde

Nome: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANANIAS  
CNPJ: 11.046.370/0001-82

Emenda	GND	Modalidade	Ação	UF	Parlamentar	Valor	Situação
20450017 CORRENTE	40	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - Ananás - TO	TO			250.000,00	Confirmado
23590006 CAPITAL	40	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - No Estado do Tocantins	TO			100.000,00	Confirmado

Favor escolher o objeto da proposta a ser apresentado

	Valor	Inserir Proposta
AMPLIAÇÃO DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	0	SICONV
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE PARA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	100.000,00	PORATARIA 2.1.98
CONCLUSÃO DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	0	SICONV
CONSTRUÇÃO DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	0	PORATARIA 2.2.26

Tabela dos valores mínimos de UBS e UPA

Tipo de UBS	Valor (R\$)	Tipo de UPA	Valor (R\$)
UBS - 1 (uma) Equipe Saúde da Família	200.000,00	SE	77.500,00
UBS - 2 (duas) Equipes Saúde da Família	333.333,33	UPA 1	1.400.000,00
UBS - 3 (três) Equipes Saúde da Família	400.000,00	UPA 2	2.000.000,00
UBS - 4 (quatro) Equipes Saúde da Família	533.333,33	UPA 3	2.600.000,00
UBS - 5 (cinco) Equipes Saúde da Família	666.666,66		

Internet | Modo Protegido Ativado 100% 21:48 17/06/2010

Fundo Nacional de Saúde - Ministério da Saúde - Governo Federal - Windows Internet Explorer

<http://www.fns.saude.gov.br>

Favoritos Sites Sugeridos Obtenha mais completo...

Fundo Nacional de Saúde - Ministério da Saúde

Ministério da Saúde Destaques do Governo

**FUNDO NACIONAL DE SAÚDE**  
fns.saude.gov.br

Dados do fundo municipal de saúde

Nome: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANANIAS  
CNPJ: 11.046.370/0001-82

Emenda	GND	Modalidade	Ação	UF	Parlamentar	Valor	Situação
20450017 CORRENTE	40	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - Ananás - TO	TO			250.000,00	Confirmado
23590006 CAPITAL	40	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - No Estado do Tocantins	TO			100.000,00	Confirmado

Favor escolher o objeto da proposta a ser apresentado

	Valor	Inserir Proposta
REFORMA DE UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE	250.000,00	SICONV

Tabela dos valores mínimos de UBS e UPA

Tipo de UBS	Valor (R\$)	Tipo de UPA	Valor (R\$)
UBS - 1 (uma) Equipe Saúde da Família	200.000,00	SE	77.500,00
UBS - 2 (duas) Equipes Saúde da Família	333.333,33	UPA 1	1.400.000,00
UBS - 3 (três) Equipes Saúde da Família	400.000,00	UPA 2	2.000.000,00
UBS - 4 (quatro) Equipes Saúde da Família	533.333,33	UPA 3	2.600.000,00
UBS - 5 (cinco) Equipes Saúde da Família	666.666,66		

Concluído

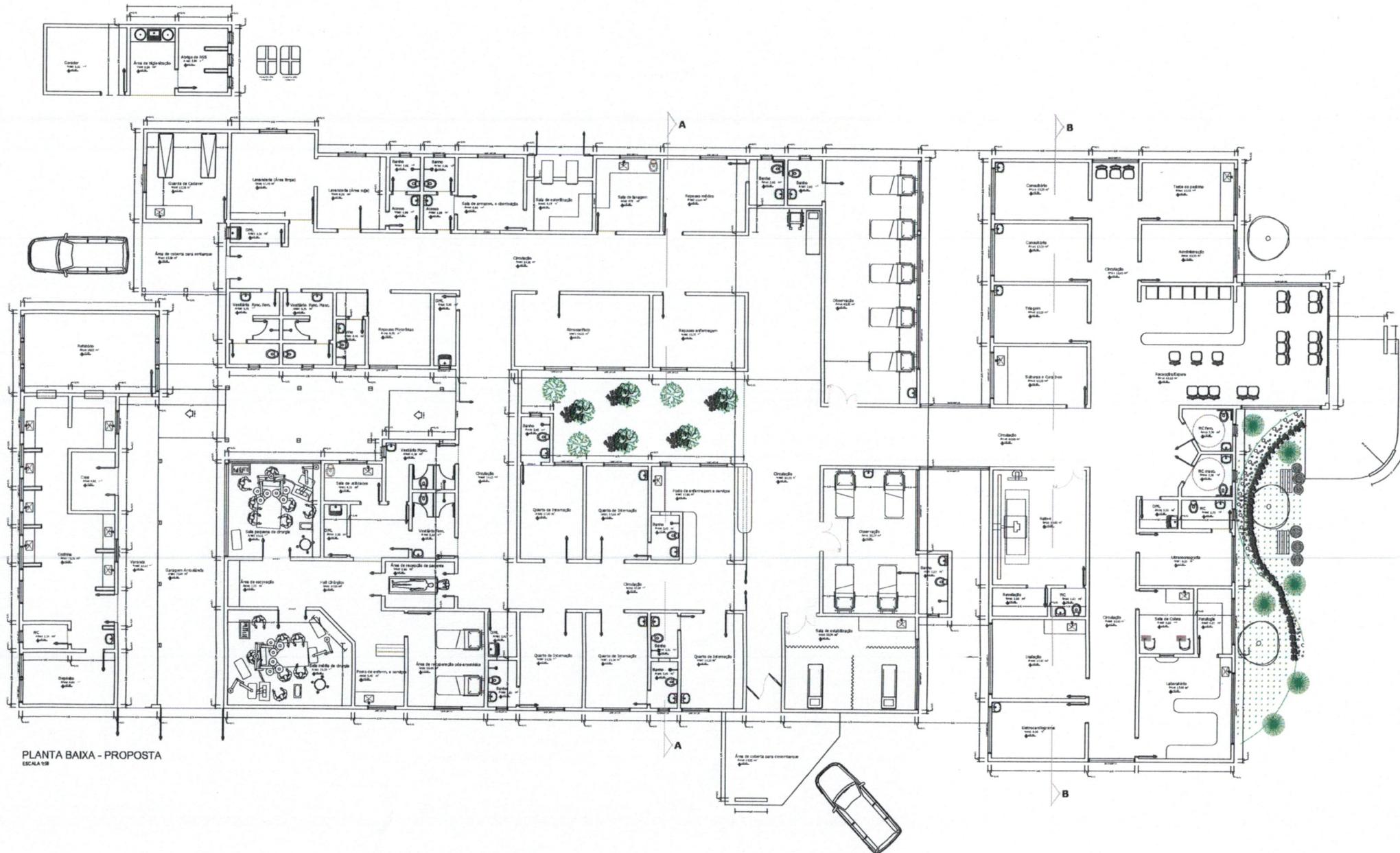
Internet | Modo Protegido Ativado 100% 22:03 17/06/2010



ESTADO DO TOCANTINS  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANÁS**  
GOVERNO POPULAR DE ASSISTÊNCIA AO CIDADÃO  
Adm. 2009 / 2012 – SECRETARIA DA SAÚDE!  
Av. Duque de Caxias, 300 – Fone: (63) 3442-1232 - Centro - Ananás-TO  
CNPJ: 00.237.382/0001-09

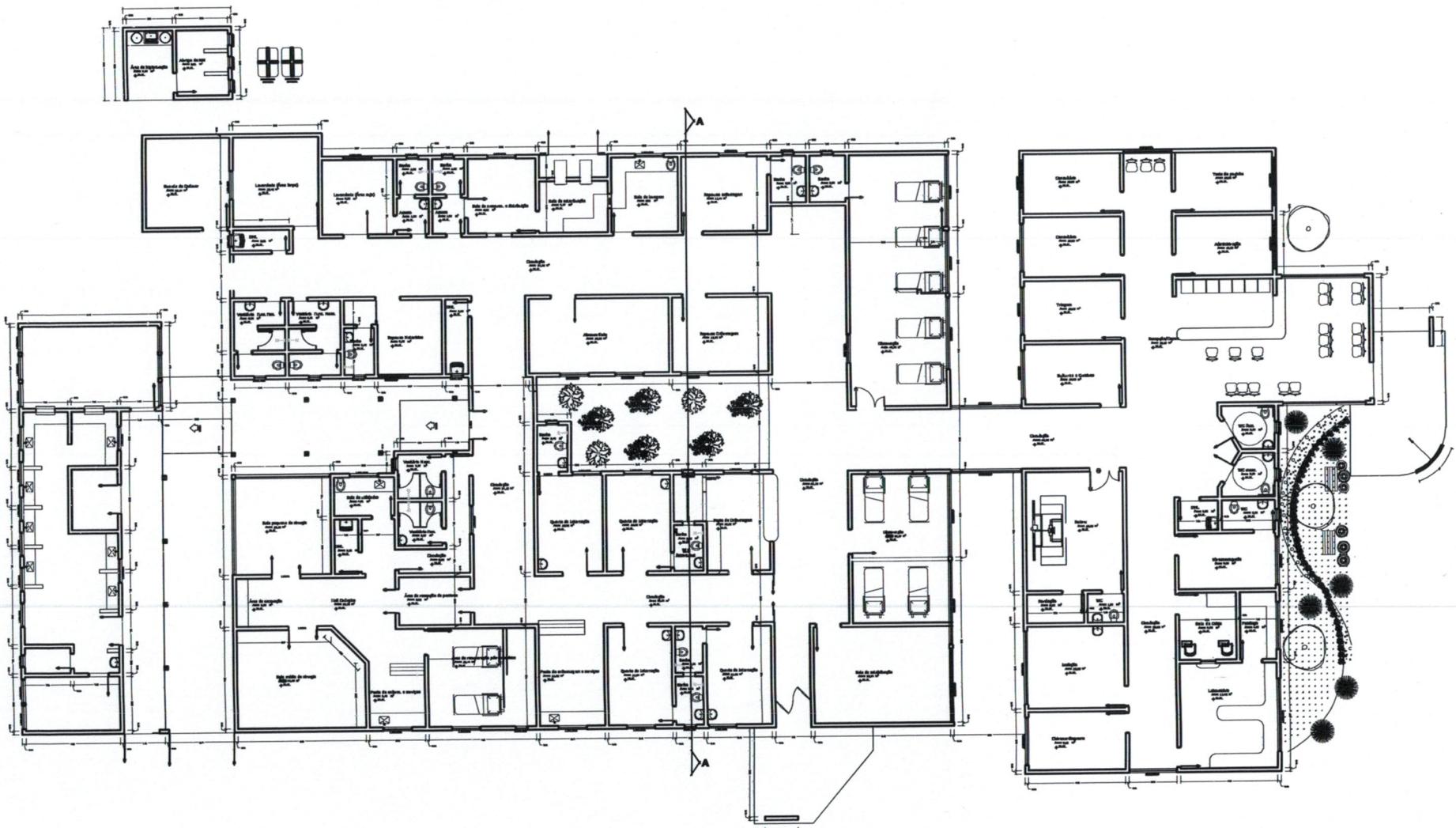


**IURI VIEIRA AGUIAR**  
**SEC MUL. DE SAUDE DE ANANAS-TO**



PRODUCED BY AN AUTODESK EDUCATIONAL PRODUCT

PRODUCED BY AN AUTODESK EDUCATIONAL PRODUCT



PRODUCED BY AN AUTODESK EDUCATIONAL PRODUCT

PRODUCED BY AN AUTODESK EDUCATIONAL PRODUCT